

Ulysses tenta conciliar, sem êxito

O deputado Ulysses Guimarães deu ciência ontem ao presidente Sarney do seu reconhecimento de que é irreversível a aprovação do parlamentarismo como sistema de Governo na Comissão de Sistematização da Constituinte. Ulysses pôs-se em ação, na tentativa de encontrar pontos comuns de entendimento em torno da matéria entre Sarney e o PMDB. De acordo com versões correntes no Congresso, a proposta de Ulysses, aceita por Sarney, seria o parlamentarismo com cinco anos de mandato, com a condição de que só no último ano se implantaria definitivamente o novo sistema. Mas o deputado Euclides Scalco, que responde pela liderança do PMDB na Constituinte, na ausência de Mário Covas, reagiu negativamente a consulta dirigida pelo presidente do seu partido. Scalco, embora favorável ao parlamentarismo, não abre mão da posição originalmente assumida por ele e seu grupo, de que o mandato de Sarney não deve exceder os quatro anos.

É esse tipo de confronto que o deputado Ulysses Guimarães, com tato e habilidade, tenta evitar. O deputado Pimenta da Veiga, do PMDB, responde que a questão será resolvida no voto na Comissão de Sistematização da Constituinte. Mas o que preocupa Ulysses, não havendo entendimento, é que submetida a matéria a votação na Constituinte, o presidente Sarney seja derrotado, o que, no seu entender, não seria bom para o seu partido nem para as instituições democráticas.

Sant'Anna recia o impasse

O deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo na Câmara, fez

ontem uma análise sobre confrontos e impasses políticos na Constituinte. Segundo ele, um grupo não pode impor seus pontos de vista ao outro na Constituinte, sob pena de desvirtuar suas finalidades e seu papel. Teme que a persistir a prevalência de uma corrente sobre a outra, isso venha a provocar um confronto e impasses políticos irremediáveis. Sant'Anna parte da premissa de que o senador Mário Covas, como líder do PMDB, compôs de tal modo a Comissão de Sistematização que deu a impressão geral ao País de que as esquerdas detinham o poder de decisão na Constituinte. No entanto, é de opinião de que é artificial a presente composição política da Comissão de Sistematização, uma vez que não corresponderia ao universo político representado no plenário da Constituinte. Acha também que as esquerdas representadas na Comissão de Sistematização estão cometendo erros sobre erros, porque superdimensionam a influência que exercem na Constituinte. Atribui também às esquerdas o desprestígio popular que sofre hoje a Constituinte. Não que o povo, de acordo com suas palavras, esteja contra a Constituinte, mas contra o que ali vem sendo aprovado, o que não espelharia a média do pensamento político nacional.

Pessimismo

No arraial presidencialista reina o mais completo pessimismo. O deputado José Lourenço, líder do PFL, admite que o parlamentarismo já venceu na Comissão de Sistematização, embora considere possível corrigir essa situação no plenário da Constituinte. O deputado Brandão Monteiro, líder do PFL, acha que o parlamentarismo

irá vingar na Constituinte, mas carregará no seu bojo uma crise política ainda mais grave que aquela que o País está vivendo hoje. Isso porque, segundo ele, com o parlamentarismo o Brasil se tornará ingovernável.

Apoio a Prisco

O deputado Ulysses Guimarães combinou com um grupo de parlamentares do PMDB promover um jantar em homenagem ao deputado Prisco Viana, recentemente nomeado ministro do Desenvolvimento Urbano. A intenção de Ulysses e do grupo de parlamentaristas em questão é a de estreitar os laços de políticos leais a Prisco com as principais lideranças do seu partido. Começou também a ser esboçada estratégia objetivando unir os ministros Prisco Viana, Luiz Henrique e Renato Archer, numa ação comum destinada a fortalecer o apoio do PMDB ao presidente Sarney na Constituinte. Ao mesmo tempo em que isso sucede, Prisco começou a trabalhar para ampliar seus espaços políticos: como ministro informou anteontem ao governador Waldir Pires que a dívida da Bahia na Caixa Econômica Federal foi rolada, o que alivia bastante a situação financeira do Estado.

Não é candidato

O general João Baptista Figueiredo informou a um parlamentar a ele ligado por laços de amizade familiar que jamais autorizou o ex-ministro César Cals a organizar um escritório em Brasília para contatos políticos. Também disse na mesma conversa que nunca cogitou de ser candidato à Presidência da República ou a qualquer outro posto eletivo.

tamentos populacionais, para que as crianças não ficassem sem aulas, quando da remoção de suas famílias para as novas localidades. Foram, por exemplo, esses os casos da Vila São José, em Brazlândia, e da Candangolândia. Quando a Secretaria foi comunicada (a data da remoção das famílias para os novos assentamentos, entre deixar as crianças longo tempo sem escola ou autorizar o projeto da escola de aço, optamos, conscientemente, pela segunda solução. Na expansão das ENL em Taguatinga o motivo foi o mesmo, só que a greve de metalúrgicos em São Paulo provocou o atraso da montagem das escolas de aço pré-fabricadas e os moradores chegaram antes de a escola estar terminada.

3. Finalmente, a terceira situação em que se usou o modelo de aço foi na ampliação emergencial de escolas já existentes na zona rural, para o desenvolvimento do projeto de implantação gradativa de 1º grau completo na zona rural. Antes a população rural só recebia atendimento até a 4ª série, não obstante o princípio constitucional de obrigatoriedade do ensino de 1º grau para todos na faixa dos 7 aos 14 anos.

Entre construção e ampliação, não foram arroladas mais que 14 unidades escolares, em contrapartida as mais de 100 salas de alvenaria por nós construídas. Modestamente, fizemos muito, considerando que administramos nos anos de «vacas magras», quando nem sequer fomos atingidos pelos benefícios da Emenda Cairton, que aumentou substancialmente os recursos para a educação. Se aprovada em 1982, a Emenda custou a ser regulamentada e só em 1985 seus efeitos chegaram aos sistemas educacionais do País.

(...) Quanto à crítica maliciosa que fazem sobre o custo da obra, há, também, dois reparos a fazer: o primeiro é que, da mesma forma que não se compararam preços da caixa da maizena com o do pacote do trigo por serem produtos diferentes, embora ambos sirvam para fazer bolos e mingaus, não cabe a comparação de custo entre o tipo de escola removível e o da escola fixa e inamovível. O segundo é que, mesmo querendo comparar, seria honesto que o fizessem comparando unidades escolares com o mesmo número de salas e dependências e não, comparando dimensões diferentes, para concluir, maliciosamente e falsamente, que a adoção do projeto de escolas de aço significou o desperdício de dinheiro (...). Eurides Brito da Silva, ex-secretária de Educação do DF.